ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COORDENADORIA DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO SETUAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA. TRANSFORMADA EM AUDIENCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FÍSICO – FINANCEIRA MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA MINICIPAL DE SAÚDE.

Às nove horas do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dez, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Realizou-se a Décima Oitava Sessão Ordinária, transformada em Audiência Pública, do Segundo Período Legislativo de dois mil e dez da Décima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK,** Secretariado pelo Senhor Vereador **ALFONSO RODRIGUES DO VALE,** o qual fez constar à presença dos seguintes Vereadores: **MANOEL NEVES DE MACEDO, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, MAURICÉLIO FERNANDES DE MELO e SEBASTIÃO CORRÊA LIRA NETO.** Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente sob a Proteção de Deus declarou aberta a Décima Oitava Sessão Ordinária, transformada em Audiência Pública do Segundo Período Legislativo de dois mil e dez. **PRESIDENTE** abriu espaço para Audiência Pública de **Apresentação do Relatório de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde.** Em seguida o Senhor **Robério Bezerra de Araújo –** Secretário Municipal de Saúde cumprimentou aos Vereadores presentes e as demais pessoas que se encontravam no Plenário. Disse ser uma honra muito grande estar na Câmara de Vereadores, onde começou a sua vida pública, fazendo essa prestação de contas, o seu objetivo como Secretário de Saúde é colocar na internet uma prestação de conta quase que diária para que todos possam entrar no site que estão querendo criar, e poder colher todos os dados com a maior transparência possível. O Senhor Secretário Adjunto Municipal da Saúde – **Jorcir Mendes** apresentou aos Vereadores e aos demais presentes, através de data show, inicialmente a composição da rede assistencial da secretaria municipal da saúde, com um total de sessenta e uma unidades, formada pelo hospital da criança, Centro de Referencia Nutricional Infantil (CERNUTRI), Centro de Referencia de Especialidade Médica (CREM), e mais trinta uma unidades básicas, cinco unidades móveis, laboratórios que são sete, Centro de Saúde, Centro de Especialidade Odontológica (CEO), Vigilância Epidemiológica, SAMU, e nas unidades de serviço de saúde terceirizado, contam com dois laboratórios, catedral e santa rosa, as fisioterapias que são duas, a parte oftalmológica e unidade de saúde conveniada o Odonto SESC com duas conveniadas e outras unidades totalizando sessenta e uma unidades, apresentou um demonstrativo das principais causas de óbito, que por grupo de causas básicas são: causas externas, agressões, acidentes, homicídios, suicídios, ela tem uma seqüência de cinqüenta e quatro por cento, frisou que essas referencias são somente ao primeiro trimestre de dois mil de dez, a doença do aparelho digestivo entra com nove vírgula oito por cento, algumas doenças infecciosas e parasitarias com nove virgula oito por cento e doença

do aparelho circulatório com oito virgula sete, doença do aparelho respiratório com cinco virgula quatro por cento, neoplasia com três virgula três, doenças do sistema nervoso com três virgula três e doenças endorfinas que são dois virgula dois, as outras doenças estão na faixa de um por cento, ações para mortalidade por acidente de trânsito, está sendo feito com seus gestores, um projeto de redução da mortalidade que são financiados com recursos do SUS, e as parcerias que são o SMTRAN, DETRAN, SESAU, ESMEC, além de poder ter até outras, este projeto chama-se Dê Preferência a Vida, que todos tomaram conhecimento, que é um projeto para redução de mortalidade por acidente de Trânsito, e campanhas educativa nos carnavais, recursos financiados pelo SUS, o demonstrativo de controle da dengue, foi obtido algumas metas nesse primeiro trimestre de dois mil e dez, que foram as visitas domiciliares com qüinqüênios e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e três, trinta por cento das visitas já foi feita nesse período, as atividades de inspeção sanitária para liberação de alvará, comparando ao quarto trimestre de dois mil e nove e o primeiro trimestre de dois mil e dez, foi feito trezentos de oitenta e três em dois mil e dez e em dois mil e nove teve somente cento e dezoito no ultimo trimestre de dois mil e nove, o resultado das análises de água e consumo humano realizado pela vigilância ambiental, essas analises são todos os fornecimentos de água do Estado de Roraima, com trinta e duas análises foram encontradas vinte duas análises satisfatórias, nove amostras com o PH acima um pouco do permitido e somente uma com coliformes, o quantitativo de qualidade de promoção da saúde, foi feito seiscentos e cinqüenta e nove orientações coletivas de prevenção e promoção da saúde, realizadas para nove mil setecentos e sete participantes, atuando no câncer do colo uterino, no tabagismo, na saúde bucal, câncer de pele, alimentação saudável, saúde da criança, saúde do idoso, saúde da mulher, saúde indígena e também estará entrando a saúde do homem. Atendimento das equipes multidisciplinares das unidades móveis de saúde, que é composta pela equipe de saúde rural, equipe de saúde indígena e expresso saúde que são cinco equipes, é realizado com consulta médica seiscentos e treze, equipe indígena trezentos e sessenta e três e equipe expresso de saúde são mil quinhentos e sessenta e cinco atendimentos, o comparativo de atendimento odontológico por procedimento na tensão básica, entre o primeiro trimestre de dois mil e nove e o primeiro trimestre de dois mil e dez, em dois mil e nove foi feito quatro mil quinhentos e oitenta e seis e em dois mil e dez foram oito mil trezentos e setenta e oito, essa grande diferença ocorreu devido ao problema com material que em dois mil e dez foram adquiridos resultando em um aumento significativo, o demonstrativo de atendimento do CERNUTRI, o número de atendimento médico nesse primeiro trimestre de dois mil e dez foi novecentos e oitenta e oito atendimentos, enfermagem foram trezentos e setenta e sete, nutrição foram trezentos e setenta e um, fisioterapia foram trinta e oito, serviço social duzentos e sessenta e oito, terapia ocupacional foram trezentos e cinqüenta e dois, psicologia foram duzentos e cinqüenta atendimento, foi colocado esse quadro para que todos observem as categorias atendidas pela secretaria de saúde, o demonstrativo de atendimento no Centro de Especialidade Odontológico onde são feitos atendimentos de odontologia, o dentista básico, a odontopedia, perondontia, endonotia, estamadontia e radiologia, o demonstrativo de atendimentos dos encaminhamentos no CEO são setenta e sete por cento vindos do Município, cinco por cento são

das unidades particulares e quinze por cento são encaminhamentos estaduais e dois por cento de outros municípios, ou seja, não são atendidos só pacientes do Sistema Municipal, mas atendimentos para o sistema do Estado, Privado e até de outros Municípios. O demonstrativo de atendimento médico, nós tivemos dois mil quinhentos e cinqüenta e dois atendimentos no primeiro trimestre, a cardiologia com seiscentos e noventa e dois foi a principal junto com ginecologia com seiscentos e vinte e a dermatologia com quatrocentos e trinta e um atendimentos, foram as três que tiveram maior atendimentos seguido pela urologia com trezentos e dezesseis atendimentos. O total de atendimentos médicos de dois mil e dez na parte profissional, a fonoaudiologia, serviço social com trinta e oito por cento, fisioterapia com vinte e um por cento a psicologia com trinta e quatro por centos, isso é, no Centro de Referência Mecejana. No Hospital da Criança Santo Antonio nós tivemos Vinte e sete mil e trezentos e oitenta e seis atendimentos, houve quinze mil oitocentos e sessenta na administração de medicamentos sete mil seiscentos e noventa e nove na parte de nebulização e na parte de gripe/resfriado quatro mil e vinte e seis, os maiores atendimentos foram nestas três áreas. Demonstrativo de apresentação das AIH que são Autorização de Internação Hospitalar por meio de comparação do primeiro trimestre de dois mil e dez e primeiro de trimestre de dois mil e nove, em dois mil e dez foram novecentos e quatorze contra mil quinhentos e setenta e três em dois mil e nove; oitocentos e setenta em dois mil e dez contra novecentos e dezoito em dois mil e nove. **PRESIDENTE** interrompe e convida para **Compor a Mesa dos Trabalhos a Doutora Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca –** Promotora de Justiça e Defesa da Saúde do Ministério Público. Logo em seguida o **PRESIDENTE** repassa a palavra a **Jorcir Mendes,** que confirma que houve rejeição reduzida na internação hospitalar com quarenta e quatro por cento no primeiro trimestre de dois mil dez contra seiscentos e cinqüenta e cinco no primeiro trimestre de dois mil e nove, Quanto à origem, no hospital da criança houve quinhentos e oitenta e cinco internações neste primeiro trimestre de pacientes de Boa Vista, do Sul do Estado cento e vinte e sete pacientes, do Norte do Estado setenta e sete, do Oeste do Estado, do Leste do Estado trinta e quatro do Amazonas e seis países vizinhos. Dois demonstrando que a clientela do hospital além dos munícipes, é composta de outros Municípios de Roraima, de outros Estados e até de países vizinhos. Demonstrativo mensal do primeiro trimestre, de sessenta e quatro ocupações, internações de pacientes quarenta e três, com três óbitos, no primeiro trimestre de dois mil e dez. Na parte de pediatria, fisioterapia, cirurgia foi realizado onze mil oitocentos e oitenta e cinco atendimentos. Houve oitenta e nove por cento de oitenta e nove mil quatrocentos e quatro em exames laboratoriais, com um vírgula vinte e nove em agenda transeuntes, eletrocardiograma zero vírgula zero cinco, registro aqui que o paciente atendido no HCSA passa por vários atendimentos especializados e como conseqüência realiza exames diversos. Demonstrativo de tratamento fora do domicilio – TFD, com ênfase nos tratamentos de oncologia, ortopedia, neurologia, cardiologia, otorrinolaringologia, gastrologia, nefrologia na qual o paciente é enviado de acordo com o cadastro nacional de internação. Demonstrativo realizado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista por meio dos Postos de Saúde e outros meios de atendimento de saúde básica ao público em geral, foi de sessenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro no primeiro

trimestre de dois mil e dez contra cento e quinze mil novecentos e setenta e quatro de atendimentos médicos em dois mil e nove. E no HCSA setenta e oito mil cento e vinte e um em um total de cento e quarenta e seis mil no primeiro trimestre de dois mil e dez contra o primeiro trimestre de dois mil e nove que foi de cento e noventa e quatro mil, diminuiu ao se verificar que certos exames estavam sendo feitos sem o devido critério. Demonstrativo da média realizada por paciente, o total de atendimento na atenção básica de doze mil quatrocentos e vinte, neste o total de exame realizado foram sessenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro com uma média de cinco vírgula cinco por paciente. O total de pacientes atendidos com exame especializados foi de dois mil e noventa seis, com um total de exame realizado foi de cinco mil e cem sendo o total de dois vírgula quatro exames por paciente. Demonstrativos de exames realizados no laboratório de referência municipal – CREM, os exames de maior demanda são o de rubéola, sorologia positiva HIV que se destacam por campanhas realizadas. Demonstrativos por demanda de medicamentos na qual se destaca os remédios ministrados para diabéticos seguidos por antiinflamatórios depois antibióticos. Demonstrativos do numero de prescrição médicas atendidas conforme macro áreas na qual no primeiro trimestre de dois mil e dez somam setenta e três mil e trezentos e trinta e seis, o centro de referência consta seis mil trezentos e setenta prescrições medicas no primeiro trimestre de dois mil e dez. Demonstrativo de prescrições médica atendido em que conforme a área de cobertura da Prefeitura Municipal de Boa Vista teve cinqüenta e quatro mil setecentos e cinqüenta e dois de um total de setenta e cinco por cento das prescrições médica atendida pelo Estado houve dezesseis mil cento e quarenta, vinte e dois por cento atendidos em nossas unidades e outro três por cento. O SAMU tem três ambulâncias de suporte básico, sendo que cada uma é para cem mil habitantes, porém ela atende duzentos e sessenta e seis mil novecentos e um habitantes e uma ambulância de suporte avançada que atende trezentos a quatrocentos mil habitantes, a média estabelecida pelo SUS para atendimento de ocorrências por uma ambulância é de dez minutos em Boa Vista a média é treze minutos, porém já estamos tomando medidas para diminuir essa média. Dados epidemiológicos, o SAMU faz atendimentos clínico, traumático e obstetra, no primeiro trimestre de dois mil e dez teve hum mil duzentos e noventa e oito atendimentos clínico num total de dois mil oitocentos e trinta e cinco com hum mil cento e oitenta e dois atendimentos traumático e trezentos e cinqüenta e cinco de atendimentos obstetras. Acidentes com motocicleta no primeiro trimestre houve quatrocentos e quarenta e quatro atendimentos, houve setenta e dois atendimentos por arma branca e cento e vinte e seis outros atendimentos, como brigas domésticas, agressões físicas e etc. A ouvidoria do SUS, visa o controle social através do acesso da população a gestão da saúde e foi criado em Boa Vista pela Portaria número trinta, de oito de abril de dois mil e nove da Secretaria Municipal de Saúde. O financiamento no âmbito da saúde é feito por blocos, sendo estabelecidos os parâmetros pelo Ministério da Saúde e compete a finanças da SEMSA gerir tais recursos com o bloco da atenção básica da saúde, bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar MAC, bloco da vigilância em saúde, bloco da ciência farmacêutica, bloco de gestão do SUS e ainda as transferências não regulamentadas por bloco, que são advindas de recursos próprios, porém aplicados nas ações financiadas por bloco do Ministério da Saúde. Por meio de convênios

firmados com o Ministério da Saúde temos os realizado para capacitação, ouvidoria, de medicamentos, para equipamentos de fissurados, construção de "UBS", "CAPS 2", construção do Bloco "H" do HCSA, entre outros, cuja estatísticas constam formalizados em relatórios disponível na Secretaria Municipal de Saúde, esses formam sucintamente o que tínhamos para apresentar, muito obrigado. **PRESIDENTE** destaca a presença do senhor Rosenberg Almeida, assessor do senador Mozarildo Cavalcante e repassa a palavra ao Secretário Municipal da Saúde de Boa Vista Senhor **Robério Bezerra de Araújo** em que agradece a colaboração do Secretário Municipal de Saúde Adjunto Jorcir Mendes pela explanação, destacando a boa situação financeira e administrativa do trimestre contribuindo para começar a gestão do segundo semestre de dois mil e dez de forma positiva, porém não temos a certeza de que continue assim com cartão verde referente aos recursos, pela indefinição de repasses de fundos de responsabilidade legal da União e do Estado para o Município. Encerro, agradecendo a todos, e coloco-me a disposição para novos debates. O Presidente Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK** agradece ao Secretário e aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde pela explanação, passa a palavra a **Doutora Jeanne Crhistine Sampaio da Fonseca –** Promotora de Justiça e Defesa da Saúde do Ministério Público cumprimentou o Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista e os demais Vereadores presentes homenageando a todos destacando a atuação honrosa da vereadora Lourdes Pinheiro como única representante feminina nesta Casa Legislativa. Disse ser com muita alegria estar na Câmara de Vereadores, por se tratar da primeira prestação de contas que está sendo realizada este ano e trata-se do primeiro trimestre de dois mil e dez. Em situação anterior conversando com o secretário-adjunto de Saúde do Município o Senhor Jorcir onde questionou sobre a situação das Audiências Públicas, porque o Município de Boa Vista tem um acordo que foi firmado com o Ministério público para que essas audiências acontecessem com regularidade, porém já faz tempo que não acontece, onde foi informada nas dificuldades em marcar essas audiências públicas junto a essa Casa, na qual a Secretaria de Saúde teria enviado vários expedientes solicitando a marcação de tais audiências num prévio calendário e não conseguiu obter respostas para marcar, porque o combinado com o Ministério Público neste acordo extrajudicial era que no início do ano nós tivéssemos um calendário prévio de todas as Audiências Públicas que aconteceriam no ano, para fins de prestação de contas da saúde de acordo com o que está prevista na Lei Federal oito mil seiscentos e oitenta e nove de noventa e três, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista a possibilidade de juntamente com os gestores da Secretaria Municipal de Saúde estar elaborando esse calendário para ter uma regularidade na prestação de contas da saúde municipal, que é tão importante para a sociedade saber o que a Secretaria Municipal de Saúde estar fazendo para melhorar a saúde da nossa população, para atender a demanda que nós temos que é muito elevada, a população é muito carente na área da saúde, não só do Município de Boa Vista mais de todo o nosso país e até pensando que nós atendemos países vizinhos e sobre as ações dos gestores de planejamento, execução e alcance das metas pré-fixadas, pediu encarecidamente que se fosse possível tivéssemos outras audiências públicas para tratar dos dois outros trimestres. Com relação à apresentação feita pelo Município de Boa Vista através da Secretaria Municipal o

Ministério Público têm poucas considerações a fazer diferente das outras audiências públicas em que tinha várias perguntas e era realmente quase uma sabatina aos secretários, hoje nós decidimos fazer perguntas pontuais isso porque a Secretaria Municipal de Saúde já vem tendo contatos constantes com o Ministério Público estão em primeiro estágio que é a realização das audiências públicas e está indo para o segundo estágio que é a busca da regularidade de realização dessas audiências públicas e um terceiro estágio, realmente a população deve estar presente nesses momentos de debate de ouvir o gestor e possa estar mostrando as suas necessidades. As perguntas que o Ministério Público tem a fazer ao Secretário Municipal de Saúde são várias em primeiro questionamento eu pergunto: Queremos saber com relação ao programa Saúde na Escola, como estar à implantação do cartão de saúde do adolescente e como vem sendo a composição do Conselho Gestor do Programa Saúde na Escola. O Presidente **BRAZ BEHNCK**, acata a opinião da Promotora de Justiça Doutora Jeanne Cristina, em que a cada pergunta fosse imediatamente respondida, propondo tal procedimento aos demais debatedores que de imediato aceitam. O Senhor **Robério Bezerra de Araújo –** Secretário Municipal de Saúde agradece pela presença da Promotora de justiça Doutora Jeanne Cristina, esclarece que no cotidiano de atendimento ao público nos estabelecimentos de Saúde Municipal ocorre com freqüência deficiências como a falta de materiais hospitalares, pouca assiduidade de alguns profissionais que coloca em risco toda assistência diária ao público, o Secretário Municipal convida a técnica **Geanesca Raposo**, responsável pelos Programas Sociais da Saúde Municipal para responder a pergunta da promotora de justiça Doutora Jeanne Cristina. O Presidente **BRAZ BEHNCK** solicita a palavra para responder uma pergunta esclarecendo que realmente foi recebida a documentação da Secretaria Municipal de Saúde solicitando audiências públicas, porém como o Secretário Saúde assumiu neste mês de março ele pediu mais um tempo para que se interasse e pudesse fazer um relatório prestando contas com maior conhecimento de causa, pediu desculpas pelo transtorno. A Promotora de Justiça Doutora **Jeanne Cristina** pede a palavra e esclarece a meia culpa em não estar apontando falha alguma da Câmara Municipal de Boa Vista, com relação à ausência dos médicos que é uma engrenagem do sistema, juntamente com o dentista, o enfermeiro, o auxiliar de enfermagem entre outros servidores nas unidades de saúde o Ministério público entende também que isto é uma questão administrativa, na qual existe a pessoa do diretor do hospital que pode adotar medidas administrativas para responsabilizar o profissional que não cumpra suas obrigações. A senhora **Geanesca Raposo:** Cumprimentou a todos, através da Doutora Jeanne, em resposta ao Programa de Saúde na Escola estamos desenvolvendo em quatorze escolas ações de promoção e prevenção desde a seção de orientações de saúde bucal para crianças de faixa etária de seis a dez anos e também estamos desenvolvendo paralelo à isto oficinas para implantação da caderneta do adolescente que já é outra faixa etária e temos registro das capacitações para os médicos, enfermeiros e os agentes comunitários de saúde, essas oficinas são dívidas em macro áreas, na qual estamos com a servidora **Erica** desenvolvendo estas oficinas, *in loco*, e ao mesmo tempo adquirindo conhecimento de cada área, verificando a realidade para avaliação e monitoramento. Quanto ao comitê gestor que questionado pela Doutora, seria do PSE que está acontecendo junto com a da

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COORDENADORIA DE ELABORAÇÃO DE ATAS

Secretaria de Educação com reuniões entre os professores e enfermeiros que estão à frente do Programa Saúde da Escola, tendo composição e publicação no Diário Oficial, para ampliação do programa, dependemos de repasses do governo federal, o **PRESIDENTE** repassa a palavra a vereadora Maria de Lourdes Pinheiro que diz ser muito bom ver a presença dos ex vereadores que deixaram a sua marca nessa Casa, como o Rubinho, o Paulo Duarte, Doutor Robério Araújo para estar prestando contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista em Audiência Pública. Disse ser um divisor de tudo que acontece na saúde, se não tivéssemos essas prestações de contas, se não tivéssemos essas audiências nós ficaríamos como alguns anos atrás como Ministério Público sem saber o que acontecia. Esses debates nos abrem um novo horizonte em relação à saúde do Município, muito obrigada. Com a palavra Promotora de justiça **Doutora Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca**, continuando as perguntas, a questão de medicamentos, eu não percebi na apresentação o índice de cobertura da REMUME a Relação Municipal de Medicamentos do Município de Boa Vista, eu gostaria de saber qual foi o índice de cobertura da REMUME nesse primeiro trimestre de dois mil e dez, tal pergunta tem a importância de termos conhecimento sobre a efetividade da assistência farmacêutica prestada pelo Município de Boa Vista e ainda sobre essa questão dos medicamentos o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública que recentemente foi julgada procedente. O Município de Boa Vista foi considerado revel e a justiça determinou que fossem abastecidas as unidades básicas de saúde de acordo com a demanda conforme suas solicitações, em dois mil e oito foi verificado que a distribuição entre os postos, centros de saúde e nas casas de saúde da família havia um rateio no fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar prejudicando o funcionamento adequado das unidades básicas de saúde, então a justiça determinou a providencia a aquisição e a manutenção desses medicamentos de acordo com as necessidades das unidades. Gostaria de saber o que a Secretaria Municipal de Saúde fez depois que recebeu essa sentença judicial, se essa situação já mudou. Com relação ainda a questão medicamentos no que destina medicamentos ao programa DST/HIV/AIDS que foram incluídos nas aquisições feitas de medicamentos para atenção básica, o ganhador da licitação ele não entregou os itens pertinentes ao referido programa DST/HIV/AIDS. Eu queria saber quais foram as providências adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde em relação a isso, e se já foi resolvida e superada a questão, seria essas as três perguntas com relação a medicamentos. O Senhor **Robério Bezerra de Araújo –** Secretário Municipal de Saúde convocou o diretor do Hospital da Criança o senhor **Cleber Lobato** para ajudar na resposta, mas deu um exemplo estarrecedor na presença da promotora Jeanne, disse ter um pacto de fornecimento de medicamentos entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Boa Vista, o Governo do Estado estar devendo algo em torno de oitocentos mil Reais em medicamentos, fez uma cobrança na semana passada e eles repassaram apenas vinte e oito mil em medicamentos, Boa Vista tem sessenta e sete por cento da população do Estado de Roraima, como é que nós vamos fazer se o valor pactuar, em que cabe ao Estado para nos ajudar, não esta sendo cumprido, recaindo toda a demanda para o Município de Boa Vista. Complementando a Promotora de justiça Doutora **Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca** diz existir financiamento Federal e tem o financiamento do próprio Município, existem medidas judiciais que o Município

poderia propor para regularizar essa questão do financiamento que deveria ocorrer por parte do Estado. O diretor do Hospital da Criança o senhor **Cleber Lobato**, cumprimentou as autoridades da Mesa e os demais presentes, e atendendo a solicitação do Secretario Municipal de Saúde, o que tem a informar é que a relação municipal de medicamentos ela é norteada por uma diretriz nacional federal deliberada pelo Ministério da Saúde onde tem por base a relação Nacional de Saúde. A relação de medicamentos do municipal ainda é a de dois mil e nove atende todas as áreas estratégicas contemplando a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do adulto, a saúde do idoso além de medicamentos de uso excepcionais. Este ano através de um ato administrativo do Secretário Municipal de Saúde por meio de portaria foi nomeado a Comissão constituída por profissionais que estão concluindo a relação municipal de medicamentos dois mil e dez que vai dar continuidade conforme a demanda e vai atender a meado de dois mil e onze e conseguir um número mínimo de medicamentos atendendo áreas estratégicas em saúde pública. Reconhecemos sim, que hoje não temos capacidade de atender toda indicação médica por critério individual que o médico tem autoridade de indicar que não faz parte da relação de medicamentos e que só se encontra na rede privada. Hoje o índice de cobertura REMUME atende cerca de noventa por cento da pressão de demanda que nós temos por área estratégica em nosso Município. Promotora de justiça Doutora **Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca** pediu que na próxima Audiência Pública isso fosse apresentado para que possamos ver mês a mês qual foi o índice de cobertura da REMUME e dessa forma pode-se verificar a demanda e qual foi à cobertura dada pelo Município naquele determinado trimestre, estas informações sobre esse primeiro semestre que não estão disponíveis hoje, sejam posteriormente encaminhada a esta Casa Legislativa e também ao Ministério Público para que possamos fazer um acompanhamento, juntamente com informações se esta REMUME foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde. Doutor **Cleber Lobato**, com relação a Ação Civil Pública o Município de Boa Vista através da Secretaria já tem conhecimento, a assessoria jurídica já tem a notificação e estão sendo adotados as medidas solicitadas, com relação aos medicamentos do programa DST/HIV/AIDS eu gostaria de chamar minha colega **Cintia Brasil** para repassar essas informações. Presidente **Braz Behnck** retoma a palavra, parabenizou a postura adotada pelo Secretário Municipal de Saúde a respeito de colocar a placa com os médicos plantonistas no vão de entrada das unidades de saúde e gostaria de sugerir mais, que ele colocasse o número dos telefones da Ouvidoria para quem se sentir prejudicado possa ter com quem reclamar para resolver efetivamente eventuais problemas. **Cintia Brasil**, os medicamentos do Programa DST/HIV/AIDS foram incluídos no mesmo processo dos medicamentos da atenção básica de saúde, mais ainda não foram entregues, antes era feito um processo da vigilância em saúde no qual solicitávamos a compra desses medicamentos e atualmente existe um questionamento jurídico contra empresa empenhada motivado pela não entrega desses medicamentos. O Secretário Municipal de Saúde Dr. **Robério Bezerra de Araújo**, falou que vai ficar devendo esta informação, mas encaminhará o mais breve possível tais informações para esta Casa Legislativa e ao Ministério Público. Promotora de justiça Doutora **Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca**, prosseguindo, em relação à DENGUE disse ter encaminhado uma recomendação na qual solicitaram trinta dias para o

Município se manifestar sobre providências a serem adotadas, inclusive se aceitava ou não a recomendação do Ministério Público. Questionou se foi acatado. Quais as medidas estão sendo adotadas contra surtos de dengue em nossa capital, principalmente no que se refere a terrenos baldios e ainda, pedindo vênia ao Presidente desta Casa, quero entregar uma nova recomendação ao Secretário Municipal de Saúde, agora nesta Audiência Pública com a permissão do senhor Presidente e aos demais Vereadores, aproveitando este momento para estar formalizando a recomendação referente à Vigilância Sanitária, para melhoria do seu funcionamento e adoção de medidas com que venha representar prevenção e promoção de saúde e entregar para o Secretário Municipal de Saúde se os senhores permitirem. Presidente. O Secretário Municipal de Saúde Dr. **Robério Bezerra de Araújo**, parabenizou a atuação do Ministério Público em relação à Saúde do Município de Boa Vista e absorveu todas as recomendações do Ministério Público por que temos a mesma finalidade, então recebo na frente das demais autoridades, com muita satisfação este documento de recomendações do Ministério Público do Estado de Roraima, muito obrigado e gostaria de convidar nossa técnica **Cintia Brasil** para continuar respondendo a Doutora Jeanne. A servidora **Cintia Brasil**, as recomendações que foram encaminhadas a Secretaria Municipal de Saúde foram todas elas acatadas, inclusive já foram entregues as respostas com as adequações que fizemos, a última que estamos devendo é em relação aos óbitos porque ela está sendo feita em conjunto com o Estado, com a participação de Comissão estadual, mas estaremos enviando ainda esta semana relação dos óbitos investigados. Em relação à atuação efetiva dos terrenos baldios, a vigilância sanitária tem articulado junto com a Secretaria de Obras e a Secretaria do Meio Ambiente, meios de até penalizar, fazer com que os donos de tais terrenos façam a limpeza, em relação a fardamento e vale transporte já foram todos providenciados, o agente de saúde está recebendo o auxilio fardamento e o valor referente ao vale transporte foi debitado nas contas deles, os materiais de trabalho como bolsa, lanterna foram providenciados, referente a horário de trabalho estamos dependendo de processo seletivo para definirmos esta questão, então, estar tudo transcorrendo conforme estabelecido em áreas zoneadas com base em estudos de ocorrências e tipos de soros da dengue. Obrigada. Promotora de justiça Doutora **Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca** com relação aos laboratórios questionou que observando, existe uma falta de kit para exames laboratoriais. Quais seriam os motivos para isso ocorrer? Se existe um prazo para regularização? E se existe realmente providências sendo adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde? Com relação ao Centro de Referência do Município, Centro de Especialidades do Mecejana existe problemas sanitários graves na sala de raio-x e mamografia em que relatórios apontam a ocorrência de uma reforma e acomodação inadequada de equipamentos, inclusive com risco de comprometimento desses equipamentos. Queremos saber a previsão de conclusão e alguma medida que está sendo adotada para evitar que esses equipamentos venham a ser danificados ou cheguem a não funcionar mais? Com relação às auditorias feitas na Secretaria Municipal de Saúde o Senhor mencionou que foram realizados no primeiro trimestre. Então queria que o Senhor nos fornecesse esses dados obtidos internamente e de órgãos externos se caso foram feitos tais auditorias? E com relação a atendimentos que o Município de Boa Vista atende a

outros municípios, especialmente no Hospital da Criança, como hospital de referência eu queria saber se existe alguma pactuação formal para atendimento de pacientes de outros Municípios ou se está em discussão á situação em relação ao tratamento fora de domicilio - TFD? Pois tais pacientes estão em Boa Vista longe de seus Municípios base. Há alguma assistência quanto a TFD? Ultima pergunta para concluirmos seria com relação às adequações sanitárias do Hospital da Criança Santo Antonio, se já foram realizadas as adequações devidas, e quais medidas que o Município vem adotando a prestação dos serviços? O Secretário Municipal de Saúde Dr. **Robério Bezerra de Araújo**, convocou o diretor do Hospital da Criança para prestar alguns esclarecimentos, mas sobre os quites laboratoriais, o maior entrave são os fornecedores, que sem justificativa não nos entregam certos produtos solicitados no prazo, mas já estamos tomando medidas administrativas e até judiciais para que não ocorra ou diminua a freqüência de tais ocorrências. Quanto à reforma do Mecejana, houve uma diminuição do Fundo de Participação do Município e como conseqüência hoje não existe recurso para reformar nenhum estabelecimento de saúde do Município e ainda como o Município é constitucionalmente responsável pelo atendimento de baixa complexidade e o tratamento fora de domicilio é considerado de alta complexidade cabe aos Estados esse atendimento, repasso a palavra ao diretor do Hospital da Criança o Doutor **Cleber Lobato** que vai nos dar esclarecimento sobre o Tratamento Fora de Domicilio entre Municípios de Roraima e a questão de Vigilância Sanitária do Hospital da Criança. Dr. **Cleber Lobato** o Hospital da Criança se divide em três serviços que são o ambulatorial especializado o serviço de tratamento clínico e cirúrgico e o serviço de pronto atendimento o tratamento fora de domicilio é indicado quando nós não dispomos de recursos técnicos, financeiros e tecnológicos para executarmos o tratamento indicado pelo profissional. Com relação ao tratamento fora de domicilio entre Municípios ficou pactuado uma cota financeira proporcional a população de cada Município por paciente que for encaminhado ao Hospital Santo Antonio. Com relação à reforma do Hospital da Criança Santo Antonio, nós temos conhecimento da Ação Civil Pública que pede adequação sanitária, os nossos técnicos elaboraram um projeto de reforma física, estrutural e re-aparelhamento da ordem de oito milhões de Reais e foi cadastrado no Fundo Nacional de Saúde através do nosso SISCOM, a senhora **Margarida Maria Gonzaga de Araujo** está aqui e faz parte do processo, estamos no aguardo ou de liberação de recursos Federal do Ministério da Saúde ou de liberação de recursos através de Emenda, obrigado. **Robério Bezerra de Araújo:** Pediu a doutora Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca que fizesse novamente a pergunta sobre auditoria. **Jeane Crhistine Sampaio da Fonseca:** com relação às auditorias que ocorreram no primeiro trimestre de dois mil e dez tanto de órgão internos como externos, quantas teve, qual o resultado dessas auditorias, que providencias foram adotadas. E com relação à acomodação inadequada dos equipamentos do centro de referencia, estamos tratando de equipamentos caríssimos que estão correndo risco de vir a serem danificados, alguns não estão em uso à população poderia ter acesso aquele serviço, mais não tem, porque a construção foi mal feita e construção mal feita é planejamento inadequado, desperdício de recursos, e isso, quando nós falamos de redução de FPM, dificuldade financeira não deveríamos ter no momento da construção da unidade não se teve a preocupação de ver se a obra era

adequada para suportar os equipamentos. Hoje se corre o risco dos equipamentos caríssimos serem danificados ou se perderem ou de nunca ser usado pela população, apesar de já adquirido pela Secretaria de Saúde já à algum tempo. Não se trata de beleza ou bons cheiros ou perfumes das unidades de saúde se tratam condições adequada de funcionado. **Margarida Maria Gonzaga de Araujo:** Complementando a resposta do Cleber Lobato Lembrou que a programação compactuada integrada (PPI) vem desde o ano passado tentando fazer a compactação com o Estado o Município fez a compactação e falta o Estado fazer a parte dele para o Ministério da Saúde homologar a PPI em vigência para o Município de Boa Vista ainda é pago em dois mil e três realmente não recebemos nada de recursos Federais a respeito da media e alta complexidade e muito menos do Estado que também não está cumprindo com as outras compactações como dar atenção básica do SAMUR e Assistência Farmacêuticas. Quanto às Auditorias elas não apareceram porque na apresentação da Prestação de Contas, o departamento de controle e avaliação as auditorias interna entra como ações, e a Auditoria externa do primeiro semestre não tive, só a partir do segundo trimestre vai aparecer, lembrando que essas informações estão no relatório nas paginas 105 a 114 que foi encaminhado a Câmara Municipal de Boa Vista e ao Ministério Público. **Robério Bezerra de Araújo:** falou que recebeu a informação que um dos aparelhos do centro de especialidades mamógrafo da maternidade foi repassado pelo Estado com defeito e não tem manutenção aqui no Estado, só para titulo de informação **Sebastião Correa Lira Neto:** questionou a demora do atendimento no hospital da criança disse ter ido ao hospital essa semana, e conversando com algumas mães, elas lhe disseram que estava lá desde meio dia e já eram cinco horas da tarde, não posso afirmar se elas falaram a verdade, então te pergunto se não tem como colocar a senha eletrônica que marca o horário de chegada e o do atendimento no caso de reclamações para ter um respaldo. Gostaria também de saber quanto custa um TFD por paciente, porque aqui tem a diária do TFD e hospedagem para TFD, e se a Secretaria do Município recebe algum recurso, porque o que vemos é que alguns Municípios compram as ambulâncias mais quem dá o atendimento é o Hospital Santo Antonio, o que sobrecarrega o Hospital Santo Antonio. **Cleber Lobato:** parabenizou o Vereador pela brilhante sugestão. Respondendo sua pergunta disse ter a informação de que nenhum Município repassa qualquer recurso para tratamento fora do Município quando o Hospital Santo Antonio atende pacientes de outro Município, até porque os Municípios do interior são mais pobres que a capital, e quem deveria bancar seria ou Ministério da Saúde ou o Governo porque os Municípios são pobres não dispõe de recurso para bancar o TFD intermunicipal. **Jorci Mendes:** o TFD interestadual a diária é de 30,00 reais tanto SUS com recurso próprio, frisou que em Brasília mantém uma hospitalaria enfatizou dizendo quando usa o TFD o paciente vai direto para o hospital a diária fica praticamente só para o acompanhante, a pactuação está na PPI para o intermunicipal, a PPI que está funcionando é a de 2003 já mandamos outra proposta, mas a Secretaria do Estado ainda não fez a análise. **Cleber Lobato:** os Municípios não têm recurso como já foi dito anteriormente ou a União banca ou Estado. **Sebastião Correa Lira Neto:** então o paciente só recebe o TFD quando vai para um Estado que não tem hospedagem. **Jorci Mendes:** Só temos a hospedaria em Brasília onde o paciente e o

acompanhante tem toda a assistência de transporte alimentação e moradia. **Manoel Neves de Macedo** questionou se tem fiscalização nos postos de saúde e Como é feita à distribuição dos remédios, muitas pacientes reclamam por serem mal atendidos nos postos de saúde, existe uma fiscalização para esse caso e existe punição para esses funcionários? **Cleber Lobato:** Essa preocupação com o atendimento está se fazendo curso de humanização para os funcionários, já melhoramos, no Hospital Santo Antonio tem uma caixa de sugestão e este mês ganhamos mais de 80% de elogio já tem alguns meses que não se vê reclamações no rádio e na TV e quando não se tem reclamação significa que o serviço está funcionando bem, e temos funcionário que fiscaliza a farmácia diariamente e a CASSI onde se guarda o medicamento do Município nunca esteve tão bem abastecida como está hoje, isso é dito por todos os técnicos que estão na Secretaria do Município muito antes que eu, sendo isso um motivo de satisfação para ele. **Vereador Alfonso Rodrigues do Vale** parabenizou as informações dadas pelo Secretário. Falou que para o Município ter os seus trabalhos concluídos, tem que ter uma união entre os poderes, tem que haver uma união entre o Governo Federal, Governo Estadual, o Governo Municipal, a Câmara Municipal e toda a população de Roraima precisa entrar nessa discussão, para que haja uma união. Reportou sobre os terrenos baldios, que vive lutando nessa Casa Legislativa, inclusive tem Lei para punir essas pessoas que deixam de cuidar dos seus terrenos, pois há uma falta de consciência da população por deixar esses terrenos sujos colocando risco suas próprias vidas. **Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro** disse ficar muito feliz quando é feito uma Sessão como essa para ser discutida a saúde, educação, segurança é sempre muito bom. E a Promotora Jeane trouxe para essa Casa Legislativa um vigor muito grande na área de saúde, pois é um atendimento bom nas unidades de saúde do Município, o que não acontecia antes que era bem diferente, ela assim como muitos Vereadores, também já passaram por lá e reclamaram do mau atendimento, e hoje não está acontecendo mais isso. Parabenizou o senhor Robério e sua equipe por eles serem um dos autores dessa mudança, existem muitas pessoas que já estavam na secretaria, mais depende muito do gestor que dê uma orientação digna e respeitosa e de liberdade, para que as pessoas possam trabalhar dentro do seu setor. Solicitou para a doutora Jeane que continue reclamando e cobrando, pois cobrando é que se vê o resultado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**. O Senhor presidente agradeceu o Secretario e toda a sua equipe que foram bem esclarecedores em seus relatos, agradeceu a Doutora Jeane por colaborar muito para que se possa aperfeiçoar e melhorar o conhecimento da população. Garantiu que vai acatar com todo o respeito à sugestão da doutora e pediu que a Secretaria de Apoio Legislativo colocasse no calendário de Sessões, as Sessões de Audiências Públicas da Saúde e assim ficando agendado para o próximo ano, podendo agendar também as próximas Audiências Públicas com antecedência e comunicar também ao Ministério Público. O senhor Presidente

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COORDENADORIA DE ELABORAÇÃO DE ATAS

agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou a presente Sessão. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista-RR 29 de setembro de dois mil e dez. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Braz Assis Behnck
Presidente

Alfonso Rodrigues do Vale
1º Secretário